


PROJETO DE LEI Nº 78 /2025

Recebido em  
10.12.2025



Câmara Municipal de São Benedito  
Aprovação em Sessão Ordinária Realizada em  
Em 18.12.2025  
Visto Presidência 

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE CARÁTER SUPLEMENTAR E PROVISÓRIO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, DESTINADO A PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

Faço saber que a Câmara Municipal de São Benedito aprovou, e eu Saul Lima Maciel Prefeito Municipal de São Benedito (CE), no uso das atribuições que lhe conferem os art. 52, da Lei Orgânica, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o Benefício Eventual de Caráter Suplementar e Provisório, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Município de São Benedito, com foco específico na população idosa em situação de vulnerabilidade social.

**Parágrafo Único.** O Benefício de que trata esta Lei tem por objetivo garantir a proteção social e o provimento de necessidades humanas básicas essenciais à pessoa idosa, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), e na Lei Municipal nº 1.177, de 16 de abril de 2019.

**Art. 2º.** Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – Pessoa Idosa em Situação de Vulnerabilidade Social: A pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos que se encontre em situação de risco pessoal e social, que esteja vivenciando desproteção social decorrente de contingências como ausência de moradia, insegurança alimentar, violência, negligência ou abandono.

II – Benefício Eventual Suplementar e Provisório: Provisão não contributiva da Política de Assistência Social, em bens de consumo, pecúnia ou serviços, destinada a suprir necessidades advindas de contingências sociais que fragilizam a sobrevivência da pessoa idosa.

**Art. 3º.** O Benefício Eventual de que trata esta Lei será concedido à pessoa idosa em situação de vulnerabilidade social, nas seguintes modalidades:

I – Auxílio Insegurança Alimentar: Para suprir a ausência ou insuficiência extrema de renda para a aquisição de alimentos, podendo ser concedido na forma de cesta básica, cartão-alimentação ou pecúnia.

II – Auxílio Moradia Provisória: Para atender a necessidade de moradia temporária em casos de desabrigo, risco ou calamidade, podendo ser concedido na forma de pecúnia para locação social temporária.

III – Auxílio Documentação: Para custear a obtenção de documentos civis básicos, quando a ausência destes comprometer o acesso a direitos e benefícios.

IV – Auxílio Situações de Emergência e Calamidade: Para atender necessidades urgentes decorrentes de desastres naturais ou outras situações de calamidade pública que afetem a moradia e a sobrevivência da pessoa idosa.

V – Auxílio-funeral: Para custear despesas com funeral (velório, sepultamento e/ou traslado) em caso de falecimento da pessoa idosa, quando a família não puder arcar com os custos.

**Parágrafo Único.** Somente será concedido Benefício Eventual de que trata esta Lei a pessoas com renda per capita familiar inferior a 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo vigente.

**Art. 4º.** A concessão do Benefício Eventual para a pessoa idosa observará os seguintes critérios de elegibilidade:

I – Ser residente e domiciliado no Município de São Benedito.

II – Ter idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

III – Estar em situação de vulnerabilidade social, comprovada por meio de avaliação social realizada por profissional técnico vinculado a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento

Social (STDS) ou órgão equivalente, além de laudo ou atestado médico que comprove doença ou incapacidade que, em conjunto com a situação de vulnerabilidade social, justifique a necessidade do benefício.

IV – Não estar recebendo, para a mesma finalidade, benefício de natureza semelhante de outras políticas setoriais ou de outros entes da federação.

**Art. 5º.** A concessão do Benefício Eventual será operacionalizada pela Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) ou órgão equivalente, por meio das unidades de atendimento socioassistencial (CRAS/CREAS).

**Parágrafo Único.** A solicitação do benefício deverá ser acompanhada de relatório circunstanciado elaborado por equipe técnica, que justifique a necessidade e a modalidade do benefício.

**Art. 6º.** O Município de São Benedito/CE, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) ou órgão equivalente, poderá providenciar acolhimento institucional excepcional, temporário e emergencial para a pessoa idosa em situação de vulnerabilidade social que, comprovadamente, não possua condições físicas ou psicológicas para exercer atividades da vida diária e necessite de auxílio de terceiros.

**§1º.** A necessidade de acolhimento e a incapacidade para as exercer atividades da vida diária deverão ser comprovadas mediante relatório circunstanciado de equipe técnica multiprofissional do Município.

**§2º.** O acolhimento de que trata o caput será providenciado, prioritariamente, em casas de acolhimento privadas ou filantrópicas, de forma temporária e emergencial, e perdurará somente até que haja disponibilidade de vaga em estabelecimentos públicos de longa permanência para idosos.

**§3º.** Qualquer custeio do acolhimento temporário em instituições privadas ou filantrópicas será considerado Benefício Eventual, nos termos desta Lei, e poderá ser regulamentado por ato do Poder Executivo.



**Art. 7º.** O valor e a forma de concessão dos benefícios em pecúnia serão definidos por ato do Poder Executivo Municipal, após deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), observada a dotação orçamentária.

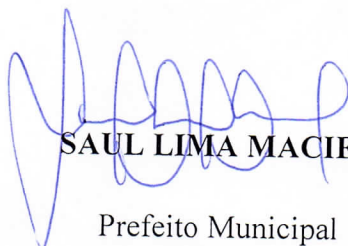
**Art. 8º.** Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) a fiscalização, o acompanhamento e a avaliação da execução desta Lei, bem como a revisão anual dos critérios e valores.

**Art. 9º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento da Assistência Social do Município.


**Art. 10º.** A presente lei poderá ser regulamentada por decreto, no que couber.

**Art. 11º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO**, Estado do Ceará, 10 de dezembro de 2025.



**SAUL LIMA MACIEL**  
Prefeito Municipal

**Câmara Municipal de São Benedito**  
Aprovado(a) em Sessão Ordinária Regular em  
Em: 18/12/2025  
Visto Presidente: 

**MENSAGEM Nº 48 /2025**

**Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente**  
**Ilustríssimas Senhoras Vereadoras da Câmara Municipal de São Benedito**  
**Ilustríssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de São Benedito**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre a instituição de benefício eventual de caráter suplementar e provisório, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Município de São Benedito, destinado a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social.

A presente proposição visa instituir, no âmbito do Município de São Benedito, um Benefício Eventual de caráter suplementar e provisório, com foco específico na população idosa em situação de vulnerabilidade social.

A Lei Federal nº 8.742/93 (LOAS) e a Lei Municipal nº 1.177/2019 já preveem a oferta de Benefícios Eventuais de forma geral. Contudo, a especificidade da vulnerabilidade da pessoa idosa, conforme preconiza o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003), exige uma atenção diferenciada e a garantia de provisões que atendam às suas necessidades peculiares, como a fragilidade decorrente da idade, a maior suscetibilidade a doenças e a dependência de cuidados.

O Decreto Municipal nº 017/2019, que regulamenta os Benefícios Eventuais, estabelece as diretrizes gerais. Este Projeto de Lei, ao elevar a matéria para o nível legal e focar no idoso, reforça o compromisso do Município com a proteção social desse segmento, garantindo a segurança de sobrevivência e a segurança de acolhida em momentos de contingência, de forma mais clara e com previsão orçamentária específica.

A iniciativa está em consonância com os princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e busca aprimorar a rede de proteção social básica e especial do Município, conferindo maior segurança jurídica e transparência na concessão dos benefícios a este público prioritário.

Isto posto, e contando com o apoio dessa ilustre Casa Legislativa à presente iniciativa, e na certeza de que o mesmo merecerá a aprovação deste plenário, colho o ensejo para enviar-lhes votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



**SAUL LIMA MACIEL**  
Prefeito Municipal





**COMISSÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº78/2025 de autoria do Poder Executivo Municipal**

A Comissão de Cultura, Educação, Saúde e Assistência Social reuniu-se no dia 17 de dezembro de 2025, a fim de apreciar o Projeto de Lei municipal nº78/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal que: **“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE CARÁTER SUPLEMENTAR E PROVISÓRIO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, DESTINADO A PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**PARECER DO RELATOR**

Que o Projeto de Lei municipal foi apresentado e lido em plenário na sessão ocorrida 18 de dezembro do corrente ano e em seguida encaminhada para esta Comissão, que: **“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE CARÁTER SUPLEMENTAR E PROVISÓRIO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, DESTINADO A PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”** Analisando o presente Projeto de Lei municipal percebe-se que está de acordo com a Lei Orgânica do Município e que se encontra apto quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Assim, OPINO por sua APROVAÇÃO por parte deste Poder Legislativo.

**PARECER DA COMISSÃO**

Após a análise, a comissão de Cultura, Educação, Saúde e Assistência Social VOTA por maioria com o parecer do Relator.

*Andrea Rufino da Silva*

Andrea Rufino da Silva

**PRESIDENTE**

*Tarciana Almeida Melo*

Tarciana Almeida Melo

**RELATOR**

*Francisco das Chagas Paula de Oliveira*

Francisco das Chagas Paula de Oliveira

**MEMBRO**

A FAVOR ☒ CONTRA ☐

A FAVOR ☒ CONTRA ☐

A FAVOR ☒ CONTRA ☐





## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

### PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº78/2025 de autoria do Poder Executivo Municipal


A Comissão de Finanças e Orçamento, reuniu-se no dia 17 de dezembro de 2025, a fim de apreciar o Projeto de Lei municipal nº78/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal que: “DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE CARÁTER SUPLEMENTAR E PROVISÓRIO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, DESTINADO A PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.”

### PARECER DO RELATOR

Que o Projeto de Lei municipal foi apresentado e lido em plenário na sessão ocorrida do dia 18 de dezembro do corrente ano e em seguida encaminhada para esta Comissão que “DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE CARÁTER SUPLEMENTAR E PROVISÓRIO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, DESTINADO A PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.” Analisando o presente Projeto de Lei municipal percebe-se que está de acordo com a Lei Orgânica do Município e que se encontra apto quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Assim, OPINO por sua APROVAÇÃO por parte deste Poder Legislativo.

### PARECER DA COMISSÃO

Após a análise, a comissão de Finanças e Orçamento VOTA por maioria com o parecer do Relator.

  
Nilton Carneiro Ximenes Júnior  
PRESIDENTE

A FAVOR ☒ CONTRA ☐

  
Juciane Texeira Jorge Nogueira  
RELATOR

A FAVOR ☒ CONTRA ☐

  
Tarciana Almeida Melo  
MEMBRO

A FAVOR ☒ CONTRA ☐







## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº78/2025 de autoria do Poder Executivo Municipal

A Comissão de Justiça e Redação, reuniu-se no dia 17 de dezembro 2025, a fim de apreciar o Projeto de Lei municipal nº78/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal que: **“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE CARÁTER SUPLEMENTAR E PROVISÓRIO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, DESTINADO A PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

### PARECER DO RELATOR


Que o Projeto de Lei municipal foi apresentado e lido em plenário na sessão ocorrida de 18 de dezembro do corrente ano e em seguida encaminhada para esta Comissão que: **“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE CARÁTER SUPLEMENTAR E PROVISÓRIO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, DESTINADO A PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”** Analisando o presente Projeto de Lei municipal percebe-se que está de acordo com a Lei Orgânica do Município e que se encontra apto quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Assim, OPINO por sua APROVAÇÃO por parte deste Poder Legislativo.

### PARECER DA COMISSÃO

Após a análise, a comissão de Justiça e Redação VOTA por maioria com o parecer do Relator.

  
Francisco Reges Alves de Brito  
**PRESIDENTE**

A FAVOR ☒ CONTRA ☐

  
Franci Paulo Isaías Araújo  
**RELATOR**

A FAVOR ☒ CONTRA ☐

  
Alex Martins de Medeiros  
**MEMBRO**

A FAVOR ☒ CONTRA ☐

